

Neusa Mafalda de Barros Amarante



A NOVA IGREJA DE S. MIGUEL ANALISADA SOB PONTO DE VISTA DE OBRA DE  
ARTE E SEU VALOR PATRIMONIAL

Licenciatura Em Ensino de História,

ISE, Setembro de 2006

Neusa Mafalda de Barros Amarante

A NOVA IGREJA DE S. MIGUEL ANALISADA SOB PONTO DE VISTA DE OBRA DE  
ARTE E SEU VALOR PATRIMÓNIAL

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Instituto Superior de Educação para obtenção do grau de Licenciatura Em Ensino de História, orientado pelo Dr. Lourenço Gomes

O Júri:

---

---

---

Praia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Agradecimentos:**

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais e a minha família em geral, pela compreensão que tiveram comigo, pelo que sofreram silenciosamente perante as minhas ansiedades.

De maneira particular, quero exprimir o meu profundo reconhecimento ao meu Professor e orientador Dr. Lourenço Gomes por me ter orientado a investigação sempre com mestria.

Agradeço a todos quanto que, de uma forma ou de outra, me prestaram apoio na realização deste trabalho que só se tornou exequível porque todos que me apoiaram incondicionalmente, acreditaram em mim.

E é por isso que vos agradeço a todos, criaturas maravilhosas.

## ÍNDICE

I INTRODUÇÃO.....	5
II. PRIMEIRA PARTE:	
Conceito de arte difusão da arquitectura religiosa no tempo e génese de edificações cristãs em Cabo-Verde.....	7
1. Conceito de Arte.....	8
2. Projecção da Arquitectura Religiosa Cristã no Tempo.....	11
3. Contexto do Aparecimento de Edificações Cristãs Em Cabo Verde.....	20
III SEGUNDA PARTE:	
A igreja de vila de Calheta no imaginário da população.....	29
1. Breve História da Construção do Templo.....	30
2. Localização e Descrição da Obra .....	32
3. A imponente do Edifício e Seu Valor Histórico-cultural.....	36
3.1. Análise dos Aspectos Simbólico-formais da Obra.....	36
3.2. A Nova Igreja de S. Miguel: Uma Obra Com Valor Patrimonial?.....	41
3.2.1. Conceitualização de Património em Geral e do Património Histórico Construído.....	42
3.2.2. Intervenientes na Defesa, Preservação e Salvaguarda Dos Bens Patrimoniais.....	46
3.2.3. O Porquê da Reabilitação do Património Construído?.....	48
3.2.4. Do Valor Patrimonial da Obra Em Estudo à Necessidade Da Sua Preservação .....	51
IV. CONCLUSÃO.....	53
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

## I INTRODUÇÃO

A modernização é um fenómeno que percorre as sociedades em geral, e Cabo-Verde em particular. Por isso, o modernismo não pode ser visto como elemento de destruição dos traços definidores das identidades nacionais e culturais.

O presente trabalho cujo tema intitula A Nova Igreja de São Miguel Analisada Sobe Ponto de Vista de Obra de Arte e Seu Valor Patrimonial visa a obtenção do grau de licenciatura no ensino de História.

Convém frisar que a escolha do tema prende-se pelo entusiasmo despertado pelas disciplinas de História de arte e de Património e tem como intuito aprofundar certos conteúdos. Por outro lado, entendemos que a valorização da História das localidades, através do estudo desta obra poderá contribuir para a construção de uma história nacional.

A história de arte enquanto campo de conhecimento pretende resolver os problemas que as obras de arte ponham ao historiador, uma vez que abarca o homem através das suas criações artísticas, englobando todas as formas de arte desde, a arquitectura, a escultura, a pintura e, normalmente numa perspectiva temporal. Da mesma forma, a história de arte preocupa em compreender as causas e estabelecer o destino das obras de Arte, e tentar determinar a influência das ideias do tempo sobre a actividade artística. «A arte é a expressão de uma necessidade. Dos seres humanos. Dos grupos humanos, em certa época em certo país»<sup>1</sup>

A arte consiste na criação humana com valores estéticos que sintetizam as emoções a história, os sentimentos, e a cultura de um povo. A arte é a história da alma de um povo.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> FEBVRE, Lucien. Olhares Sobre a História, Lisboa. Portugal. 1996 p98.

<sup>2</sup> Cf. QUERÓS, Eça. *uma Carta* in Prosas Barbaras. Colecção Livros do Brasil. p 221.

Entendemos que existe uma correlação entre o Património construído e as obras de arquitectura. Nesta óptica, toda a obra de arquitectura que carrega uma história deve ser considerada bem Patrimonial. Desta feita, impõe-se a necessidade de uma reflexão sobre a importância desses bens, tanto nos tempos passados como hoje.

Importa perspectivar as actividades de defesa e preservação de todo património como forma de valorização cultural e como mecanismo de desenvolvimento global e integrado das localidades e regiões do nosso País.

Convém no caso em apreço, reflectir sobre a necessidade de preservação do edifício. É digno de realce que o edifício em análise enquadra na obra de arquitectura sacra e representa um marco referencial do Concelho.

Uma das características das obras de arte é sua capacidade de suscitar interpelações de comunicar com o leitor. A este propósito e numa perspectiva reflexiva, surge-nos as seguintes inquietações: o edifício, Igreja da vila de Calheta de São Miguel constitui uma obra de arte? Qual é o seu estilo predominante? Em que estado se encontra? Qual é a sua funcionalidade? Qual é o seu valor Patrimonial?

Estas questões que nos afiguram pertinentes encontrarão pistas de respostas ao longo do trabalho que se encontra estruturado em duas partes, sendo que na primeira abordamos os seguintes temas: Conceito de arte, projecção da arquitectura religiosa Cristã no tempo, contexto do aparecimento de edificações Cristãs em Cabo Verde. Na segunda abordaremos temas relacionados com a igreja da vila de Calheta, a história da construção, localização, descrição a sua imponência e valor histórico-cultural. Analisaremos ainda os aspectos simbólico-formais da obra, seu valor patrimonial e a necessidade da sua preservação.

## **II. PRIMEIRA PARTE**

CONCEITO DE ARTE DIFUSAO DA ARQUITECTURA RELIGIOSA NO TEMPO E  
GÉNESE DE EDIFICAÇÕES CRISTÃS EM CABO. VERDE

## 1. Conceito de Arte

O vocábulo arte (ars em latim é a tradução da palavra grega techné) e designa igualmente a técnica, a perícia, assim como a criação artística, a procura do belo. Enquanto prática, ela é a realização do artesão, aquele que domina uma arte no primeiro sentido, ou o qual, um talento ou um género particular, tornam apto a criar a beleza. Existe uma relação entre os dois sentidos, como a expressão belas-artes sugere; todavia a criação artística e a obra de arte não se explicam unicamente pelo domínio de uma habilidade.

O conceito de arte evoluiu ao longo do tempo, e assumiu perspectivas diferentes. Na Antiguidade Clássica dizia respeito a qualquer actividade na qual se dava valor e também ao modo pelo qual algumas actividades se explicitavam.

A arte na Idade Média está «ao serviço» e é perfeitamente anestésica.<sup>3</sup> A Idade Média ignorava a concepção das Belas-Artes distintas da arte em geral. Para S. Tomás, a arte é acima de tudo uma virtude. O mesmo considera que uma obra só tem estatuto de obra quando ela é perfeita.

O renascimento tem uma nova concepção da arte, pois o ideal da arte deixa de ser o Santo. A arte é uma magnificação do homem.

A arte deixa de ser arte como meio, mas aparece como arte em si, da arte pela arte. A arte simbólica que procede a arte clássica caracteriza-se pela inadequação da forma e da ideia.

Para Leonardo da Vinci a arte é inseparável da ciência e não é mais do que a aplicação dela.

---

<sup>3</sup> BAYER, Raymond. História da Estética. Ed .Estampa. Lisboa. 1978.p92.

A arte é conhecimento; ela o é no modo próprio e inconfundível, que lhe deriva do seu ser arte, de modo que não é que a arte seja, ela própria conhecimento, ou visão, ou contemplação, porque, antes ela qualifica de modo especial e característico estas suas eventuais funções. (L. Pareyson, 1982).

Actualmente o termo Arte é mais preciso e refere – se a uma actividade criadora de conceitos estéticos intuitivos e não somente a uma necessidade de um conhecimento racional.

A arte moderna não pode ser reduzida a uma ordem que distribui custadas de nobreza cultural, é antes o meio de promover uma cultura experimental e livre.<sup>4</sup>

A arte hoje consiste na criação humana com valores estéticos (beleza, harmonia equilíbrio, harmonia, sentimentos) que sintetizam emoções, história, e uma cultura. É um conjunto de procedimentos que utilizados para realizar obras, e ao qual aplicamos nossos conhecimentos.<sup>5</sup> Actualmente, a arte se caracteriza por uma exigência de perfeição constituída de três vectores independentes: unidade, integridade, e harmonia. Portanto, na obra de arte, as situações são harmónicas, onde nada pode ser acrescentado nem subtraído.

Vários estudiosos analisaram esta questão com abordagem diferente. Desde a antiguidade os filósofos desenvolveram teorias da arte. Contudo, estes não são os únicos a preocuparem com este tema pois, os sociólogos, os musicólogos, os críticos de arte, e os teóricos da literatura também o tenham feito.

UP JOHN por exemplo; reconhece que a arte corresponde a uma necessidade fundamental do homem. Da mesma forma, estas actividades humanas estiveram sempre sujeitas a várias interpretações, cuja significação varia de acordo com cada qual. Aristóteles encontra nela os elementos duma teoria estética. Um sábio ou um engenheiro só se interessará talvez pelo aspecto técnico, ao passo que outros serão mais sensíveis a expressão pessoal.

JANSON considera que a arte é um objecto estético feito para servir e apreciado pelo seu valor intrínseco. O mesmo entende que seria impossível definir qualidades absolutas em arte, não podendo escapar-nos a necessidade de apreciar as obras de arte segundo o seu tempo e circunstancialidade.

---

<sup>4</sup> GILLES, Lipovetsky. A Era do Vazio. Lisboa. Relógios. de Agua Editores Lda.1983..pp 83-85.

<sup>5</sup>(<http://www.feranet21.com./artes/história>)

O significado da arte é que ela seja específica de cada cultura dando origem a diversidade das criações artística. Daí decorre a necessidade de conhecermos o estilo e as concepções de um país, de um período, caso queiramos compreendê-la no seu contexto.

JANSON apresenta algumas características de uma obra de arte: a imaginação, a criatividade, a originalidade, o gosto.

O mesmo autor entende que toda a obra de arte implica a auto expressão. Na verdade esta ideia de arte enquanto auto expressão não deve ser entendida apenas como função expressiva da arte num sentido meramente psicológico e subjectivo. Pois, nesta óptica seria apenas a expressão dos sentimentos do artista, da sua alma, do seu mundo interior.<sup>6</sup>

Entendemos que esta noção de expressão, aplicada a arte deve transcender o psicológico o subjectivo para abranger o campo objectivo e ontológico. A obra de arte enquanto obra exprime o artista, o seu mundo interior, ao mesmo tempo que exprime a realidade do seu mundo e da sua cultura.

Neste sentido a obra de arte é então o testemunho da lucidez de que o homem é capaz, lucidez que se traduz pelo desejo de reafirmar a vida e para além da absurdidade e da dor do mundo.

Hoje a arte já não se põe fornecer a imagem de Beleza natural nem se quer procurar o pacificado prazer da contemplação de formas harmónicas pelo contrário, ela quer interpretar o mundo com olhos diferentes, gozar o regresso a modelos arcaicos ou exóticos: o universo do sonho ou das fantasias dos doentes mentais, as visões sugeridas pela droga, a nova proposta desvairada de objectos de uso em contexto improváveis, as pulsões do inconsciente.<sup>7</sup>

A arte se apresenta sob variadas formas como: a plástica a música, a escultura, o cinema, o teatro, a dança, a arquitectura, a moda, as chamadas arte menores, etc. pode ser vista ou apercebida pelo homem de três maneiras: visualizadas, ouvidas ou mistas (audiovisuais).

A arte também pode ser considerada o acesso ao progresso social e as novas tecnologias e a globalização tem interferido de maneira efectiva na concepção de arte e em

---

<sup>6</sup> RIBEIR,O.Leonel. dos Santos e outros. Introdução a filosofia. 10 Ano. P 206.

<sup>7</sup> ECO, Humberto. História da Beleza Difel. Algés. Portugal. 2005.

seus mais diversos discursos. O homem livre tem a necessidade, e um dos elementos principais de formação desta liberdade é a sua possibilidade de expressar através da arte.

Várias teorias foram desenvolvidas relativo ao conceito de obra de Arte. Uma dessas teorias é a de indefinibilidade da Arte, que defende que as diferentes artes pertencem os diferentes jogos de linguagem e, portanto, não é indefinível. Há uma imensa variedade de obra de Arte e todas elas parecem ter muito pouco em comum uma vez que existe, pura e simplesmente, demasiada variedade entre as obras de arte para que uma definição que as cubra a todas possa ser satisfatória. (N. Warburton, 1997).

Por sua vez a teoria do funcionalismo simbólico defende que todas as obras de arte desempenham uma função simbólica. Só o facto de funcionar como símbolo de certa maneira lhe confere a categoria de obra de arte. De acordo com certas correntes actuais<sup>8</sup> uma obra de arte deve ser visto não somente pela sua beleza, técnica ou estilos, mas ela é tanto mais valiosa quanto maior for a sua capacidade de sugerir significações, isto é, de potenciais simbólica.

## **2. Projecção da Arquitectura Religiosa Cristã no Tempo**

O nosso propósito é tentar trazer as características mais importantes e os estilos que marcaram cada período e cada corrente artística através da apresentação das obras, do período correspondente, respectivamente.

Iniciando pela Idade Média, somos levados a evidenciar que em termos convencionais este período decorre dos Secs.V e XV.<sup>9</sup>

---

<sup>8 8</sup> Hermeneutica e a Semiotica, salientam que a obra de arte é tendencialmente aberta e comunicativa. Ora a sua capacidade de comunicação depende em grande parte a sua durabilidade, o seu poder de interpelar, seduzir e cativar não só os contemporâneos como os vindouros

<sup>9</sup> Cf CRIMAL, Pierre e Outros. História Geral da Europa. Lisboa. Publicações Europa-América. 1996. pp 227 e seguintes

A época em referência é tradicionalmente vista como idade das trevas. No entanto, esta concepção foi-se alterando à medida que se foi conhecendo novos dados históricos fornecidos nomeadamente, pela História da Arte. A época em apreço ficou também conhecida como Idade da fé, designadamente cristã. Só pode ser neste contexto que se vai assistir a uma grande difusão pela Europa de grandes obras da arquitectura religiosa durante todo o período.

Sem dúvida que as civilizações e os períodos históricos são marcados pelos suportes mais grandiosos que os homens deixaram e que passaram ao longo dos séculos.

Tendencialmente, os monumentos e as expressões artística,<sup>10</sup> são tomadas como elementos visíveis para caracterizar cada civilização.

Ao pretendemos partir das primeiras grandes realizações da arquitectura religiosa cristã teríamos que lembrar das catedrais góticas (Notre Dame de Paris talvez, ou a de Reims ou a de Salisbúria.)<sup>11</sup>

Antes de entrarmos mais detalhadamente na arquitectura medieval enquanto estilo, parece-nos pertinente referir à convicção reinante na antiguidade de que as criações artísticas dessa época se desenvolveram em direcção à arte do tempo dos gregos, considerado como período áureo da história da humanidade. Este estilo ficou conhecido como Clássico, e tudo o que lhe precedera recebeu o título de Arcaico, antiquado, não clássico, enquanto os estilos dos tempos pós clássico não tomaram designação especial porque eram tidos como mero eco à decadência da Arte.<sup>12</sup>

Os pioneiros da história da Arte medieval tiveram atitude semelhante. Para eles o Gótico era o estilo supremo, do sec XII ao sec XV. Ao tempo anterior chamaram de Românico. Esta palavra exprimia aquelas características próximas do Romano antigo.

---

<sup>10</sup> Entende-se expressão artística no seu sentido amplo, isto é todo que resulta do homem, as diferentes esferas desde as pinturas esculturas, musicas aspectos etnográfico, arquitectura etc.

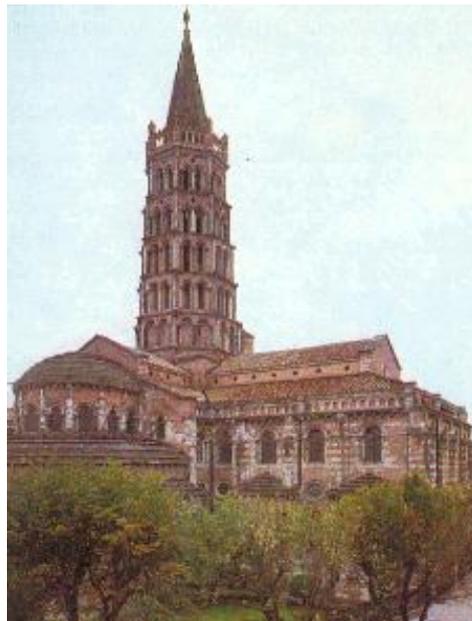
<sup>11</sup> Janson, op.cit. pag 238

<sup>12</sup> O que na verdade importa aqui destacar é que, como vamos ter a oportunidade de revelar mais à frente, não se pode falar de decadência da arte, particularmente no campo da arquitectura, uma vez que as obras edificadas ao longo da Idade Média e períodos posteriores, não só apresentam traços inspirados na arte clássica como também revelam uma espantosa grandiosidade e mesmo podemos dizer que se verificou inovações a nível das técnicas de construção utilizadas.

Em termos temporais considera-se a arte Românica toda aquela que antecede o ano 1200. Alguns eruditos chamam pré-Românica a arte Medieval antes de Carlos Magno e proto-Românico a das épocas Carolíngia.

Assim, a arquitectura Românica contrastando a arquitectura Carolíngia, irrompeu por toda a Europa Ocidental quase simultaneamente. Consiste numa enorme variedade de estilos regionais, com muitos pontos idênticos, mas, sem uma fonte central.

Distingue-se em relação aos Secs. precedentes pelo extraordinário aumento de edificações. Este estilo destaca-se pela presença significativa das igrejas que apareceram com estruturais mais complexas, com naves com abóbada, em vez de vigamento de madeira, e as fachadas com uma decoração arquitectónica apresentando por vezes esculturas. Uma das obras opulentas representativa desse estilo é ST. SERNIN de Toulouse, na França meridional. Conforme a gravura 1



(Gravura1) – Igreja de ST. SERNIN de Toulouse, na França meridional

O tipo de edificação, constante da gravura 1, pertence a um grupo de grandes igrejas do «tipo de peregrinação», erguidas nas estradas que conduziam a Santiago de Compostela. Com uma planta em cruz latina, tendo como centro de gravidade na cabeceira, apresentando um espaço amplo de forma a acolher não apenas aos monásticos, mas a uma grande multidão de fiéis.

A cada lado da nave encontram-se duas colaterais: os interiores prolongam-se pelos braços do transepto e pela abside formando um deambulatório em torno da capela-mor. Existe um conjunto de capelas que emergem acima do solo que parecem irradiar da abside e por isso se chamam capelas radiantes<sup>13</sup> e continuam pela fachada oriental do transepto. As colaterais apresentam abóbada de aresta, o que impõe um alto e enorme regularidade a todo o conjunto os mesmos são compostos por tramos quadrados, que servem de unidade de base. Os trames da nave central e do transepto equivalem duas dessas unidades, enquanto o cruzeiro e as torres da fachada correspondem a quatro.

No exterior existe uma variada articulação apresentando diferentes níveis dos telhados. Aparece nitidamente os contrafortes que apoiam as paredes, uma moldura decorativa das janelas e portais, ou pela grande torre-lanterna.

A nave tem uma proporção bastante alta e impressiona a sua arquitectura interna das paredes pela obscuridade da iluminação indirecta. É notória uma combinação da arquitectura romana, isto é, as abóbadas una os arcos, as colunas embebidas e os pilastras estão ligados numa ordem coerente.

Existe uma crescente repetição dos ritmos o que nos remete a cabeceira da igreja, onde encontramos a abside e a charola banhada de luz. Assim, pode-se concluir que ST- Sermin é exemplo de uma arquitectura triunfal deste período, quer no plano estrutural, quer no plano estético e simbólico, integrado nas circunstâncias do espaço.

Percorrido o tempo conhecemos um outro estilo, o gótico. «O termo gótico foi cunhado para a arquitectura e é nesta que as características do estilo podem ser reconhecidas com maior facilidade». (Janson, 1992).

Não obstante, a problemática de definição da época gótica em termos de duração, devido a abrangência das regiões e épocas deferentes que adoptaram o estilo, podemos afirmar que na arquitectura o gótico apareceu nos meados do Sec. XII. O seu aparecimento resulta das transformações económicas e sociais que ocorreram na Europa neste período.

A nível da arquitectura conceberam palácios particulares, edifícios municipais e especialmente grandes igrejas, ou seja, as catedrais.

---

<sup>13</sup> Capela desposta em torno de um deambulatório (e algumas vezes no transepto) de uma igreja medieval.

Existem características que mantiveram, assim como algumas outras que apareceram como inovadoras. A planta continua ser simples e em cruz latina assim como elementos conhecidos das igrejas de peregrinação. (conforme a gravura 2 da, catedral de Florença)



(Gravura 2) Catedral de Florença

Do mesmo modo conforme a gravura acima, consta-se a capela-mor, absidal com arcadas abertas para um deambulatório e ainda capelas radiantes. Contudo, esses elementos foram integrados de forma original. As capelas da charola deixaram de ser independentes, e fundiram-se constituindo um segundo dispositório. O conjunto aparece coberto por abóbada de nervuras quebradas. Os edifícios tornam-se mais altos e com paredes mais finas e apresentam grandes janelas com rosáceas que deixam passar a luz. A verticalidade dos monumentos ficou a dever-se à utilização do arco em ogiva, às abóbadas de cruzamento de ogivas, e sobretudo à substituição no exterior dos edifícios, dos grossos contrafortes por contrafortes mais finos encimados pelos arcobotantes. Estes arcos tinham como função segurar as pesadas abóbadas. A sua elegância e decoração tornaram a igreja mais leve.

Ao analisarmos a gravura 2, a Catedral de Florença podemos constatar que para além dos portais e das janelas, não se verifica característica do estilo gótico nas fachadas. As robustas paredes, com embutidos geométricos, condizem perfeitamente com o estilo românico. O interior assemelha monumentos românicos, ainda que a impressão dominante seja mais de fria solenidade do que leveza e graça. A existência de abóbada em ogiva implantada sobre as enormes arcadas fazem realçar a largura ao invés de altura (característica da gótico).

Por tudo isto impõe-se a questão; a igreja gótica não será uma síntese do românico? Ou houve decadência deste estilo?

A nosso ver cada época histórico corresponde a diferentes estilos artísticos, ainda que algumas características perduram nesses mesmos estilos ao longo do tempo.

Falar do renascimento, apesar de toda a controvérsia que o termo suscita, implica referir mais concretamente ao movimento artístico que surgiu na Itália, nas primeiras décadas do sec. XV. Do ponto de vista artístico implica antes de mais traçar o perfil desse período enquanto fase da história em que os homens se aperceberam que já não se viviam não na Idade Média. Pois, o Renascimento resulta duma nova visão do mundo.

«Nessa mesma época, começou a difundir-se pelo resto da Europa, iniciando uma completa revolução artística, cujos efeitos perdurariam com constantes acontecimentos durante séculos, até quase ao linear da nossa época»<sup>14</sup>

Na opinião de Janson a origem desta visão revolucionária da história pode encontrar-se nos escritos do poeta italiano Petrarca deste 1330. A novidade era progresso aos clássicos, isto é limitada a restauração do grego e do latim, e o retorno aos textos originais. Durante os dois séculos seguintes, este concito da reverência da antiguidade alargou-se a ponto de abarcar quase todas esferas da actividade cultural, incluindo as artes plásticas. No entanto, em termos de Estilo artístico qual seria as inovações trazidas desta corrente, particularmente para a Arquitectura religiosa cristã.

Segundo Conti este movimento, embora bastante complexo e variado internamente, estabeleceu princípios, métodos e sobretudo formas originais e típicas, mas ao mesmo tempo comum. É claro que essas formas provieram do estilo Clássico e ao mesmo tempo encontramos um conjunto de aplicação de uma nova descoberta técnica, por exemplo a perspectiva. Esta técnica respeitava sobretudo a arquitectura, que ainda dispunha de monumentos clássicos onde podiam inspirar.

Aliás neste particular, principalmente, relativo as obras religiosas, estas não foram destruídas de forma completa, mas sofreram alterações e modificações ao longo do tempo.

---

<sup>14</sup> Conti, Flávio. Como Reconhecer a Arte do Renascimento. Lisboa. Portugal. 1984. p3.

Apareceram também a pintura a óleo, a preparação dos frescos através de cartões redescoberta das estátuas, o achatamento dos baixos-relevos, entre outros.

Segundo Conti, a arquitectura renascentista tornou-se num produto exclusivo das classes altas e denominaram-lhe de fina-flor. Portanto, torna-se difícil encontra-la fora das grandes cidades e eram aplicadas aos temas referente a Igreja, Palácio e Vila. Á semelhança do que fizemos em outros estilos neste particular analisaremos a obra arquitectónica – Igreja de Santo André de Mantua (conforme a gravura 3).



(Gravura 3) Igreja de Santo André de -Mantua

Construída por Leon Battista Alberti, por volta de 1470, ela apresenta algumas características que marcam o estilo Renascentista. A fachada apresenta-se muito original, destinado a grande sucesso. Com uma ordem colossal. (da altura de dois andares), que articula toda a fachada, com uma ordem mais pequena que retoma as proporções do interior e constituindo uma segunda divisão.

No caso de Igreja de Alberti requer um traçado harmonioso como revelação divina e que suscite a piedosa contemplação dos fieis.<sup>15</sup> Alberti considera que uma Igreja, devia ser a incarnação visual da proporção divina e só esse plano era adequado a tal fim. (Janson 1992).

---

<sup>15</sup> JANSON, W. H. História da Arte. Lisboa. Gulbenkian. 1992.p42.

A Igreja apresenta uma planta centrada (conf grav 4) que mais tarde ganhara aceitação de forma significativa. Podemos verificar que exceptuando a cúpula, toda a igreja poderia encaixar-se dentro de um cubo, pois a altura é igual a largura. Na majestosa fachada de Sto André de Mantua (grav 3), sobrepôs-se uma frontaria de templo clássico no motivo do arco triunfal, com enorme nicho ao centro, projectando na fachada. Aparecem as pilastras planas que acentuam a preponderância da superfície parietal claramente diferenciadas. A parte superior da parede ocidental fica acima do frontão e é relativamente invisível da rua porque está recuada. Muito embora, a fachada aparece fisicamente separada do corpo principal do edifício, em relação ao aspecto artístico está em perfeita continuidade com o interior da igreja. Assim a fachada oferece uma antecipação exacta do interior.

No plano de Alberti não estava incluído o transepto, nem a cúpula, nem a capela-mor, estas foram acrescentadas mais tarde. As colaterais são substituídas por capela, alternadamente grandes e pequenos, as pilastras colossais e os arcos das capelas grandes para sustentarem as abobadas de berço.

Em jeito de síntese esta igreja bastante requintado impõe-se pela sua fachada de arco triunfal, não sobrepostas a um arco, encostadas uma as outras.

No interior foram abolidas as grandes abobadas românicas e góticas, o tecto central da nave tornaram-se plano, com paredes finas e sem pilares. Estas passaram a ser simples muros, sustentados por colunas ligadas por arcos de volta perfeita. É bem patente o retorno a técnica de perspectiva que convergiam para um único ponto central. O que marca tipicamente a Igreja renascentista é a sua planta central, com uma cobertura em cúpula.

Os estilos renascentistas perduraram no tempo até aos nossos dias. Relativamente, as construções arquitectónicas religiosas pouco ou quase nada encontramos de novidade. Embora encontramos numerosas obras arquitectónicas, em relação as obras religiosa quase não existem.

No que diz respeito ao mundo moderno este coincide com a era das revoluções. Janson refere a estas revoluções e consideram-nas em duas espécies: a industrial, simbolizada pela máquina a vapor, e a política nascida sob a bandeira da Democracia, na América e na França.

«O Sec XX foi um século de história; a evolução da poesia corresponde as exposições teóricas de Guizot, Tocqueville, Thiers e sobretudo Michelet e Taine. A revolução causara grande transformação no movimento literário, com o encerramento dos salões e com o

abandono das regras tradicionais, progressivamente substituídas por uma certa liberdade»<sup>16</sup> esta liberdade aparece na própria mentalidade e em qualquer esferas da expressão artística.

Acreditamos que torna-se mais difícil delimitar e identificar um único estilo para essa época, assim como fizemos nos períodos antecedentes. Segundo Janson, falta à civilização moderna a coesão do passado: na sua marcha nem há períodos bem identificáveis, nem surgem estilos claramente definidos, na arte ou noutras formas de actividades. Encontramos vários movimentos e contra-movimentos que nunca são determinados em nenhum espaço nem período.

Nesta época, apresentamos um edifício do Sec XIX, edificado por Carlos Amarante, consiste na famosa obra Igreja de Bom Jesus do Monte. (conf. a grav 5)



(Gravura 4) Igreja de Bom Jesus do Monte

A referida obra e a escadaria faz a ligação entre o adro e o escadório dos cinco sentidos. É visível nesta majestosa obra o triunfo da perspectiva. A arquitectura entrelaça-se com a paisagem os jogos geométricos dos escadórios, que se articulam entre si por esplanadas, iniciassem a partir da base, exclusivamente com as estações da via-sacra. O templo de inspiração Neo-clássica, o Bom Jesus (1784-1857) apresenta o adro fronteiro debruado de estátuas.<sup>17</sup> A fachada impõe-se pelo frontão do Santuário repleta de adereços necessários a

<sup>16</sup> BAYER, Raymund. Teoria da Arte, História da Estética. Estampa. Lisboa. 1978. pag. 261

<sup>17</sup> MELO, Miguel. Trinta e Três passos virtuosos do Barroco em Braga. Câmara Municipal de Braga. 2005 p9.

recriação dos passos de Cristo. Ao centro, o escudo cravejado pelas cinco chagas ousa prefigurar a inquietante heráldica do Rei dos Reis, não olvidando sequer o detalhe de ter por coronel uma coroa de espinhos.

Ainda no referido frontão salienta-se a disposição dos objectos, quais, ícones sagrados, que se cruzam entre si de modo a se adaptarem a regra clássica de Frontão projectado pelo engenheiro militar Carlos Amarante. A obra tem uma verticalidade saliente, apresentando duas torres paralelas e voltada para o ocidente. Contudo, apresenta característica de muitas obras religiosas do nosso tempo, mormente encontramos alguns desses estilos em Cabo-Verde.

### **3. Contexto do Aparecimento de Edificações Cristãs Em Cabo Verde**

Antes de mais, convém frisar que este contexto do aparecimento da arquitectura religiosa Cristã em Cabo-Verde é inerente ao processo de Expansão Europeia do Sec. XV.<sup>18</sup> Inserido neste processo encontra-se os objectivos e as razões que motivaram a introdução da Cristandade nas ilhas. Pois, segundo Jaime Cortesão, “ as causas económicas, religiosas e científicas concorriam para lançar o homem na expansão geográfica.” O mesmo considera que os factores, económico e religioso caminhavam par a par. Na verdade, os missionários e os mercadores zelavam de igual modo, ainda que com objectivos diferentes penetrar nos continentes.

É de salientar que o zelo que se fez arder no espírito dos missionários tem como núcleo, o fenómeno espiritual que acendeu no seio da igreja católica um grande desejo de expansão, que por conseguinte encontra relacionada com a própria política expansionista dos Papas, contemplando assim os objectivos das cruzadas.

---

<sup>18</sup> MAURO, Frédéric. A Expansão Europeia. Lisboa. Editorial Estampa. 1988.pp. 117- 123.

È neste contexto que se explica as origens da igreja Católica enquanto instituição em Cabo-Verde.

È comumente aceite pelos vários autores que a origem da igreja católica em Cabo-Verde remonta o povoamento das ilhas pelos Portugueses.

Importa frisar que a administração religiosa e missionária em Cabo-Verde, desde os primórdios e durante um longo período de tempo esteve a cargo da ordem de Cristo.

Muito cedo, ou seja desde 1454, foi concedido o direito de Padroado à ordem de Cristo ao monarca português face aos territórios descobertos e colonizados.

Cabo Verde estava portanto, no que respeita a assistência religiosa, dependente do administrador da ordem que tinha as seguintes incumbências: assistência religiosa à população, construção e suporte financeiro dos lugares de culto.

Assim sendo muito cedo para garantir a presença do cristianismo nas ilhas iniciaram as construções dos edifícios religiosos, Igrejas<sup>19</sup> e Capelas nas diferentes ilhas.

Muito cedo isto é, em 1508 se encontrava construída a Igreja de Espírito Santo, na Ribeira Grande e posteriormente edificou-se a Igreja de S. Felipe. Em 1526, edificou-se a capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da vila de S. Maria.

Pela importância das ilhas de Santiago, particularmente, Ribeira Grande e Fogo nos primeiros séculos de povoamento, compreende-se que a construção das Igrejas nestes espaços foi uma realidade que rapidamente espalharam pelo interior da ilha acompanhando o processo de povoamento.

Apesar das dificuldades e precariedades dos anos quatrocentos, um marco importante na Implantação da instituição católica em Cabo-Verde consiste na criação da diocese<sup>20</sup> de Cabo Verde, pela bula Pro Excellentia, em 1533.

---

<sup>19</sup> A luz do documento do Concílio Vaticano II (1962- 1965) n 10 Igreja é a casa de Deus, na qual habita a sua família, morada de Deus no Espírito Santo, é o templo Santo, representado em Santuários de Pedra.

<sup>20</sup> Diocese significa porção do Povo de Deus confinada a um Bispo para que pastoreie em cooperação com o presbitério, decreto conciliar Chistus Dominus ) CD), sobre o Monus Pastoral dos Bispos na Igreja 28- 10- 1965).

Assim podemos afirmar que a partir da criação da Diocese havia a presença de Igreja não apenas como edifício de propagar a fé, mas como instituição forte edificada ao serviço do Povo.

Sem dúvida que a fundação da Diocese em Cabo-Verde contribuiu muito para a difusão e o desenvolvimento da religião neste espaço insular.

Apesar das características intrínsecas deste arquipélago o objectivo das Dioceses implantadas no ultramar visava não só a paróquiar os cristãos, mas também a converter os infiéis e os mouros.

Importa ainda ressaltar o contributo da implantação da rede eclesiástica diocesana para o arquipélago Cabo-Verdiano. Pois, a presença desta instituição neste espaço insular reforça o poder político-administrativo abrindo à população novas vias de comunicação com as autoridades políticas e eclesiásticas reinóis e mesmo com a Roma.

“Assim uma nova Diocese corresponde necessariamente uma nova Sé e outros conjuntos de edifícios que transfiguram o fáceis da cidade.”<sup>21</sup>

Sem dúvida que a construção de edifícios opulentos marcam a paisagem urbana e a arquitectura simbólica do Espaço. Ao mesmo tempo que reorganiza a vida das pessoas desta urbe.

A par das Construções de edifícios religiosos introduziram também os clérigos que passam a oficializar os actos sacramentais e religiosos.

Sem negar a tese de que a implementação do cristianismo nas ilhas foi uma realidade que acompanhou o povoamento e o desenvolvimento das ilhas, não podemos iludir que a implantação de igreja nas ilhas pressupõe a conversão de todos os residentes.

Padre António Vieira, na sua passagem por Cabo Verde em 1652, confirma que a conversão não foi tão fácil e rápido.

---

<sup>21</sup>Maria, Emília Santos e Maria, João Soares. Igreja Missionação e Sociedade, in História Geral de Cabo Verde. Vol I. p. 374.

“É o caso que nesta ilha de Santiago, cabeça de Cabo Verde há mais de sessenta mil alma, e nas ilhas todas elas estão em extrema necessidade espiritual. Não há religiosos de nenhuma religião que as cultivem, e os Párocos são muito poucos zelosos”.<sup>22</sup>

Desta passagem pode-se depreender da precariedade da presença religiosa em algumas ilhas de Cabo Verde, assim como a fraca presença de padres e, mesmo alguma resistência por parte dos nativos á converterem ao catolicismo. Contudo, a tentativa de implementação da Igreja e do catolicismo nas comunidades continuaram.

Com a fundação da Diocese de Cabo Verde, em 1533, conforme já foi mencionado, a presença e o crescimento da Igreja em Cabo – Verde teve um impulso significativo.

Por conseguinte, a criação desta instituição impunha-se a nomeação dos Bispos para pastorear a Igreja.

De salientar que aos Bispos estavam reservados várias competências, nomeadamente; administrar exclusivamente os sacramentos assim como a (ordenação, crisma, consagração de igrejas ou altares, bênção de certos objectos de culto). Do mesmo modo estavam reservados a jurisdição espiritual

Universal sobre os fiéis e coisas eclesiásticas do seu bispado, impor a norma disciplinadora da visitação e a correspondente inspecção das comunidades, assim como a defesa da disciplina e da ortodoxia.

Os Bispos de Santiago de Cabo-Verde tiveram residência em várias ilhas desde os Secs. XVI aos nossos dias. Residiram primeiramente em Santiago, cidade de Ribeira Grande, desde 1538 a 1747. Posteriormente escolheram as ilhas de S. Antão de 1754 a 1774, Ribeira Grande. Escolheram Santiago novamente entre 1781 a 1783, na ribeira das Pratas. Fixaram-se em S. Nicolau entre 1786 a 1942, na vila da Ribeira da Prata e Caleijão. Por último, novamente residiram em Santiago de 1942, na cidade da Praia até aos nossos dias.

Não é o nosso propósito fazer um levantamento de todos os Bispos que exerceram o ministério em Cabo -Verde. Contudo, achamos pertinente realçar aqueles que tiveram papel relevante na implementação da igreja em Cabo-Verde.

---

<sup>22</sup> Vaschetto, P. Bernardo. ILHAS DE CABO VERDE: ORIGEM DO POVO CABOVERDIANO E DA DIOCESE DE SANTIAGO. Farol Bóston 1987.p248.

Importa frisar que o primeiro Bispo nomeado, em Cabo-Verde, foi D. Braz Neto em 1537, embora não chegou a tomar posse, pois faleceu em Lisboa em 1538.

Segundo António Carreira, o Bispo D. João Parvi, de nacionalidade Francesa, foi o primeiro a estar na ilha de Santiago, em 1538, tendo exercido o pastorado até 1546, ano em que faleceu. De seguida, D. Frei Francisco da Cruz foi confirmado Bispo da Diocese em 1553, tendo destacado pela sua vida exemplar e pelas obras levadas a cabo. O seu governo foi notável até 1571, data da sua morte., desenvolveu várias acções, nomeadamente; Construção de Igrejas, espaços e edifícios eclesiásticos, ao mesmo tempo que dotou o corpo de oficiais eclesiásticos. Também conseguiu dotar o corpo de oficiais da ilha de Santiago de sólidas estruturas materiais de apoio.

A sua acção não se limitou a construção da igreja material, também desempenhou papel importante, junto ao rei, na administração e resolução de problemas no Arquipélago.

Aproveitou a sua própria residência para instruir as pessoas iletradas chegando a ter como aluno filho de um rei de Sape (Serra Leoa) e dois primeiros escritores Cabo-verdianos: André Alvares Almada e André Dorelha. Outra medida de extrema importância foi no sentido de fomentar a política de formação, pois impulsionou a política de formação de clérigos autóctones.

Sem dúvida que a acção pastoral deste Bispo foi marcante “consolidou e afirmou em moldes mais sólidos a estrutura eclesiástica” tornando a sua administração mais actuante e interveniente.<sup>23</sup>

Nesta fase de missionação dos Bispados em Cabo verde, houve períodos de vazio, de impasse e até de conflito na administração da Diocese. É assim que durante o ministério do Bispo D. Francisco Brandão, em 1589 e a semelhança do seu antecessor obteve do rei uma série de regalias para vir a Cabo-Verde.

Não obstante aos privilégios o percurso do prelado foi fortemente atribulado tendo deixado a Diocese e regressado a Lisboa em 1594, devido as divergências com os moradores de Santiago acusando -lhe de corrupção, de negligência na administração de vassidão e imoralidade endereçadas em termos genéricos.

---

<sup>23</sup> Santos, M. Maria Emília. e outros a igreja, missionação e sociedade in História geral de Cabo-Verde. vol. II. I I C T E I N DA CULTURA DE CABO VERDE 1995 p. 390.

Da análise dos vários documentos podemos constatar que da nomeação dos Bispos a tomada de posse verificou-se atrasos constantes e a medida que a situação financeira-económica se agudizava os atrasos e problemas aumentavam. Ainda conforme os documentos a falta de pagamentos dos ordenados e rendimentos cujo montante em dívidas às vezes cifravam entre ano e meio e dois anos de atrasos se acumulavam progressivamente.

Assim na ausência dos Bispos o ministério pastoral era ocupado pelos cleros nomeados. Todos esses constrangimentos confirmem que a implantação e difusão da igreja em Cabo Verde não foi tão fácil como normalmente se deixa entender.

Desta atribuição convém referir aquela ocorrida durante o ministério do Bispo D. FR. Pedro Brandão, deixando a diocese em situação da impasse e de vazio de autoridade durante mais de 20 anos.

Conforme referirmos o atraso de pagamento dos salários dos bispos permitiu que os problemas agudizaram, tornando cruciais para os sucessivos Bispos que estiveram em Cabo Verde.

É de realçar que neste período a igreja extravasava o poder religioso desempenhando função administrativa e judicial. É assim que o reinado do Bispo D. Frei Manuel Afonso de Guerra foi marcado, pelo papel que ocupou como Governador de Cabo verde, cargo que exerceu por acumulação até a sua morte, ocorrido em 8 de Março de 1654.

Consideramos importante frisar o ministério do Bispo D. Frei Vitoriano. Este chegou a diocese de Cabo Verde a 17 de Abril de 1688, e desencadeou medidas importantes na organização da mesma. Dividiu em duas freguesias a Cidade de Ribeira Grande, com 327 famílias e 1885 pessoas. Lutou contra os abusos da escravatura e concluiu as obras da Sé, assim como empenhou grandes esforços na fundação desta, e do próprio seminário. A sua acção terminou com a sua morte em 21 de Janeiro de 1705 e foi sepultado na Sé da Cidade de Ribeira Grande, ilha de Santiago.

Para além da criação da Diocese em 1533, a fundação do Seminário diocesano constitui uma forma de expansão e propagação da religião Católica em Cabo Verde. A sua fundação remonta o ano 1570, sendo o seu funcionamento iniciado em 1736, pelo Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, na ilha de Santiago.

A Construção do referido centro deve-se a necessidade de aumentar o número dos Padres nas ilhas, pois conforme referido anteriormente, na carta de Padre António Vieira, este não respondia as necessidades das populações.

Neste contexto e pela necessidade de formação do Clero local par substituir os europeus fundou-se em 1866 o seminário liceu da ilha de S. Nicolau, sendo o seu animador e fundador D. José Alves Feijó, bispo da Diocese.

O referido Seminário foi um notável centro de cultura e de religião. Segundo Cerrone Frederico no seu período áureo recebeu 80 seminaristas e dezenas de alunos externos. O mesmo deixou de funcionar oficialmente, com a fundação do liceu de S. Vicente em 1818. Entretanto, os seminaristas e outros Jovens, com a ajuda da Diocese de Santiago de Cabo Verde e do governo de Lisboa conseguiram garantir o seu funcionamento até 1923.

O seu encerramento provocou uma certa destruturação por parte da Diocese de Santiago, comprometendo de certo modo a difusão e propagação do catolicismo em Cabo-Verde.

Uma vez que havia falta de pastores em certas ilhas, e morriam Padres e não eram substituídos por não os houver.

Na difusão do cristianismo em Cabo-Verde não devemos minimizar a acção dos Jesuítas. Estes Iniciaram as suas missões em Cabo-Verde em 1604 e permaneceram até 1642. Os missionários desencadearam acção no campo religioso através da catequese das crianças e dos escravos passando pela confissão dos pecados. Ainda no campo social prestavam especial atenção ao consolo dos moradores, lutavam contra a escravatura, conseguindo suprimir o trabalho dos escravos nos dias de Santos, Sábados e Domingos.

Por outro lado, desenvolveram acções que visavam a mudança da mentalidade dos moradores, combatendo a feitiçaria e superstições. Da mesma forma denunciaram os cativeiros ilegítimos, pediam esmolas para as construções das igrejas no interior da ilha e davam instruções ás crianças.

O papel que desempenharam na difusão do catolicismo nas ilhas era tão eficaz ao ponto de serem alvos de critica por parte do clero secular.

"Os jesuítas começam a não ser bem vistos por alguns membros do meio eclesiástico Secular, já que frequentemente o criticavam, sobrepunham se com mais eficácia as suas funções e auferiam de maior prestígio social, que se traduz por exemplo, numa maior percentagem de heranças deixadas aos missionários, bens esses que na sua ausência cairiam nas mãos da igreja secular".<sup>24</sup>

De entre os jesuítas de Cabo-Verde aquele que merece maior relevância é o padre Barreira. Não obstante acção semelhante foi desenvolvida no reinado do Bispo D. Faustino Moreira, pelos serviços missionários espirituais no ano 1945 as actividades foram desenvolvidas por duas irmãs francesas e portuguesas na cidade da Praia, especialmente no campo da Saúde, formação feminina, protecção á criança, á catequese e a evangelização.

Ao que tudo indica o processo de evangelização e a difusão do catolicismo cresceu rapidamente e nos finais do Sec. XVI, a igreja se encontrava nas freguesias do interior de Santiago e Fogo, e nas outras ilhas de forma organizada e sólida.

Segundo Maria Emília Madeira, em Cabo-Verde contrariamente as sociedades africanas do continente, apresentava-se dois tempos e dois níveis de conversão, marcado pelos espaços ocupados:

O urbano densamente habitado por católicos de família ou convertidos, assistidos por um batalhão de sacerdotes;

O rural de povoamento disperso, católicos diluídos numa maioria de "gentios", baptizados por sacerdotes e a paredes de catequeses pelos próprios senhores.

Ainda conforme a mesma autora nas freguesias designadas como freguesias de foras S. Nicolau Tolentino da Ribeira de S. Domingos, Santiago de Ribeira Seca, Santo Amaro do Tarrafal, São Miguel de Flamengos, entre outras, todas elas possuíam o respectivo vigário ou capelão Curado e ainda por vezes um Sacristão.

Deste modo confirma que muito cedo a igreja gravita nestes centros, uma vez que uma freguesia tinha a presença de um pároco e conseqüentemente uma igreja.

---

<sup>24</sup> História geral de Cabo Verde op. Cit p 450.

Conforme relata Sargento-mor Francisco de Andrade, em 1582, existia para além das freguesias de capital e da vila da Praia, outros oito espalhados pelo interior, todas elas com sacerdote e com missa quotidiana.

Neste contexto entende-se que a freguesia de S. Miguel com a sede da paróquia na ribeira de S. Miguel foi fundado muito cedo, ou seja desde os finais do Sec. XVI.

Na ribeira encontra-se erguida uma oponente Igreja pintada de verde, hoje, e defronte da qual se encontra sepultado o Padre Victorino Tavares Pereira da Fonseca, pároco de S. Miguel, falecido em 1872.

## **II SEGUNDA PARTE:**

A IGREJA DE VILA DE CALHETA NO IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO

## 1. Breve História da Construção do Templo

O início da construção da igreja de Calheta de S. Miguel remonta aos anos 50, do sec. XX, tendo o seu término datada a 1963.

«Benzida a primeira pedra por sua excelência Reverendo o Senhor Dom Faustino, a saudosa memória, em 10 de Janeiro de 1953, esta Igreja tem apenas as paredes começadas. Com grande sacrifício para a Diocese, desejamos completar o trabalho de alvenaria em 1956. Se o governo aumentar a verba global do orçamento, como esperamos, podemos inaugurar a nossa igreja em 1957»<sup>25</sup>

Conforme os depoimentos recolhidos, junto as pessoas idóneas e carismáticas da freguesia as construções da obra iniciaram em 1953.

Cerrone Frederico defende que a Igreja de Calheta de S. Miguel foi criada na época do então Bispo D. Faustino Moreira dos Santos falecido em 1955, deixando a primeira pedra já lançada.

No entanto, a sua inauguração foi a 25 de Março de 1963. Da análise do relatório depreende-se que as construções da obra estavam dependentes da verba e do orçamento concedido pelo governo. Porém, a construção da referida Igreja contou com a participação da população que se reverteu através da mão-de-obra dos crentes. Por outro lado, convém realçar a comparticipação da Diocese de Cabo-Verde, e principalmente, das ajudas conseguidas pelo padre Cyr Crettaz, no seu país de origem (Suíça.).

Importa frisar que no início da construção do edifício, a Igreja foi dado o patrono a Santa Filomena que mais tarde perde o patrono passando para S. Miguel Arcanjo.

---

<sup>25</sup> In relatório da diocese de Cabo-Verde, 1955, pag. 7.

De acordo com as informações recebida da população a referida obra estava sobre a responsabilidade do pároco que tinha conhecimento de engenharia e arquitectura. Ainda no que tange a construção da dita obra podemos constatar que houve algumas dificuldades, pois a mesma não ficou concluída após três anos, conforme estava previsto.

Tudo indica que a falta de verbas e as dificuldades financeiras contribuíram para o atraso da construção. Mesmo pagando um salário baixo aos trabalhadores tiveram problemas com o financiamento. Quanto aos salários pode-se dizer a título de exemplo, que variavam entre quatro mil reis (4.00), por dia para os serventes e seis a oito mil reis (6 a 8.00) para os pedreiros. As mulheres eram pagas por cada 10 litros de areia um a dois tostões pela mesma de cascalho.

Os trabalhadores porem só recebiam 50% dos seus salários, pois que aos outros 50% destinavam-se a oferta ou obra pia à Santa Filomena. Para o efeito, um contracto de trabalho era sempre estabelecido. Não obstante, não havia reclamações por parte dos trabalhadores. Por um lado, porque conforme já foi referido, havia falta de emprego, por outro lado, estava em causa a fé daquela população, que sempre necessitava da Igreja uma vez que naquela Freguesia não havia presença de outra religião que não seja a católica. Ainda, resta sublinhar que o terreno para a construção da Igreja foi cedido gentilmente por um calhetense.

Por outro lado, o crescimento da vila determinava a existência da igreja e mesmo da paróquia para servir os fiéis.

Podemos questionar sobre o motivo da localização da sede da paróquia na Ribeira de S. Miguel durante muito tempo. Nesta perspectiva lembremos Correia e Silva, que considera «no centro de tudo, condicionando as possibilidades de fixação a emergência dos conflitos sociais, a preservação dos marginalidades está a água. (Correia e Silva, 1995). Neste período em que a ribeira não dispõe de água e apresenta condições difíceis de acesso e de comunicabilidade não se justifica a permanência da paróquia em S. Miguel. Ainda convém frisar que nesta época a igreja desempenha várias funções, para além da função religiosa. A este propósito Correia e Silva entende que a função da igreja adentro deste circuito transcende largamente a religiosa para resvalar, aos domínios de registos cartoriais, das actividades lúdicas e educacionais.

A construção da Igreja teve o seu término em 1963, mas os trabalhos tiveram a continuidade com a construção dos anexos (residência, salão, salas de formação, etc.) e tudo ficou definitivamente concluído em 1973, no reinado do Padre Moniz.

Por conseguinte, após a edificação da igreja de Calheta, deu-se a transferência da sede paroquial para a aldeia. Importa sublinhar que a transferência das actividades religiosas constitui um processo, assim sendo processou-se de forma gradual e paulatinamente.

Convém ressaltar que a referida transferência foi durante a missão do padre Cyr Crettaz, Pároco na altura. Ainda, segundo a população os motivos que estiveram na origem da dita transferência prendia-se com o estado de saúde do então pároco, uma vez que a Ribeira de S. Miguel apresentava inóspita e de difícil acesso. Nas épocas das chuvas a Ribeira era incomunicável e o padre tendo adoecido ficou hospitalizado na Praia, e de seguida pediu autorização ao Bispo para fixar residência e celebrar a missa na Calheta.

O reverendo foi autorizado e passou a residir-se no porto<sup>26</sup> de Calheta na casa de um particular. Do mesmo modo, as celebrações foram realizadas numa capela improvisada situada no Porto.

## **2. Localização e Descrição da Obra**

Do ponto de vista geográfico, a Igreja da Vila de Calheta de S. Miguel, localiza-se no concelho de S. Miguel, ilha de Santiago. O concelho confronta-se a Norte com o concelho de Tarrafal, a sul com o concelho de Santa Cruz, a Este com o mar e a Oeste com o concelho de Santa Catarina.

---

<sup>26</sup> Localidade piscatória de Calheta, à semelhança dos outros portos na ilha de Santiago, designadamente, porto de Sta. Cruz, de Ribeira da Barca, de Ribeira Grande, este espaço constituía outrora, lugar onde os Barcos ancoravam para transportar mercadorias e pessoas.

A obra se encontra no centro da vila erguida sobre um planalto bem visível de qualquer ponto desse aglomerado semi-urbano. A referida obra encontra-se entre as zonas de Veneza, Porto de Calheta e Galeão.

Como refere Gordon, a localização da obra é fundamental e constitui uma característica importante na configuração e estética do Edifício. "Um edifício que sob outros aspectos, é suficientemente atraente e eficiente, pode ser desfigurado por não conseguir encaixar-se na sua localização". (Gordon, 1997).

Nesta mesma perspectiva refere Up John "o elemento geográfico desempenha um certo papel principalmente na arquitectura. Antes de mais nada, o local escolhido para uma construção pode determinar a sua orientação e aspecto."<sup>27</sup>

Consideramos que este edifício, Igreja de São Miguel, possui esta característica, pois a sua localização encaixa de forma perfeita no conjunto do meio ao qual está inserido. Visto que, o mesmo não se encontra isolado. Aquando da sua construção encontrava-se rodeado por um conjunto de edifícios importantes daquela freguesia. A localização da Igreja insere-se num agrupamento de instituições que permitem uma valorização desta área, entre os quais os serviços e os prédios de administração pública.

Ainda convém frisar que este espaço onde localiza a igreja é utilizado como palco para a realização das actividades culturais, principalmente nas grandes festas de romaria. Actualmente, com a elevação da freguesia ao concelho as infra-estruturas foram construídas na zona de Veneza. Não obstante, o espaço onde se situa a Igreja continua a ser muito procurado pela população desta vila. A título de exemplo podemos afirmar que o espaço constitui ponto de encontro das pessoas desta localidade, uma vez que nas proximidades situa o polivalente e o mercado municipal. Por outro lado, aos domingos verifica-se uma intensa movimentação das pessoas de todo o concelho, pois o espaço é utilizado como 'Sucupira'. O edifício em referência datada da segunda metade do Sec. XX, foi executado pelo então Pároco Cyr Crettaz. Esta oponente obra religiosa erguida sob um planalto permite uma visão completa dos povoados que a circundam. Existe uma perfeita simbiose e harmonia entre a natureza e as construções, a paisagem e o Mar. A Igreja apresenta traços específicos e tem

---

<sup>27</sup> UP JOHN, História Mundial da Arte.1965.pg 26

uma beleza incontestável constituindo um espaço marcante para a vila e um lugar de culto, de referência do concelho.

A Igreja impõe pela Solidez da sua fachada, pelo contraste de cores vivas e alegres, e pela própria localização.

A obra é também marcada pelas construções residências dos padres, das irmandades e pelos edifícios que funcionam como salas de aulas. Neste momento as residenciais dos Padres e o salão encontram-se em restauração.

À frente da obra existem dois túmulos dos Padres Gregório Cyr Crettaz (1912/1989), e João Eduardo Moniz (1928/1989).

A arquitectura da obra abarca vários estilos ao longo da sua construção. No alçado principal constata-se a presença da Rosácea e duas torres. A parte lateral é constituída por um conjunto de 5 (cinco) janelas enormes em forma de arcos em ogiva. Existe ainda uma enorme porta no mesmo estilo que dá acesso ao interior dos dois lados laterais.

As janelas são em vidros e em arcos que são utilizados como elementos não só estrutural, mas também decorativos.

Aliás a obra consegue conciliar a estética, a beleza e a harmonia realçando as cores vivas, alegres dando um certo paz ao espírito.

Nas construções foram utilizadas pedras e argamassa o que garante uma solidez e grandiosidade ao edifício. Na parte lateral a Este existe uma escadaria que dá acesso aos povoados.

No interior da igreja nota-se uma decoração simples do espaço, contrastando várias cores vivas como o azul claro, o verde-claro, o branco esfumado, permitindo receber e reflectir a luz dando um ar de beleza sem igual.

A igreja é constituída por 3 (três) naves distribuídas por dois pisos sobrepostos, um coro e 2 (duas) capelas.

A nave principal situada no centro, onde congrega a maior parte dos fiéis começa á entrada da fachada principal através das 3 (Três) portas. As duas laterais estão separadas por duas filas de colunas e existe os arcos de abobada de berço que dá acesso ao coro pelas escadarias, que por sua vez são muito estreitas e escuras.

A cabeça da Igreja, nota-se uma grande abóbada suportada por meio de pilares encaixadas na parede do edifício e que se encontra devidamente ornamentado. Ainda no

interior da igreja verifica-se no alto do altar-mor uma imagem de São. Miguel Arcanjo assim como a pia baptismal e a sacristia.



Gravura 5 – Imagem de São Miguel Arcanjo

Ornamentando as paredes da igreja existem 14 (catorze) quadros da via-sacra de Jesus distribuídos 7 (sete) para cada lado. No tecto da igreja existe uma enorme cruz de cor vermelha. Do mesmo modo no fundo da igreja existe uma cruz em que sobressai os escudos ovalados com as seguintes iniciais I H J, Jesus Hominum Salvador (Jesus Salvador dos Homens). A referida igreja alberga cerca de 600 pessoas.



Gravura 6 Interior da igreja, apresenta os 7 quadros da via-sacra

De Jesus Cristo

### **3. A imponência do Edifício e Seu Valor Histórico-Cultural**

O edifício insere na obra de Arte Sacra de Arquitectura e que sem dúvida carrega um simbolismo de carácter religioso e espiritual. A mesma produção material tem como objectivo despertar e comunicar com os leitores e deixar a cada um a possibilidade de interpretação e significados. «A Arte é uma forma de significante». (C. Bell, 2001).

Assim a obra de arte em análise pela sua significação, monumentalidade, grandiosidade tem despertado e cativado o comportamento, tanto dos homens antigos, como dos contemporâneos e certamente também da geração vindoura. Como já foi mencionado esta obra de arte insere na arquitectura.

A Arquitectura, entendida como construções de casas, hospitais, igrejas, teatro, «, ela é muito valorizada por servir as funções a que estes edifícios se destinam.»<sup>28</sup>

Portanto, a obra de Arquitectura Sacra, Igreja de Calheta de São Miguel, é ainda valorizada pela sua utilidade. Gordon entende que a arquitectura tem que ser útil. Isto é, a arquitectura tem que ser útil enquanto as outras artes tem a possibilidade de ser úteis. (Gordon, 1997- 208).

#### **3. 1. Análise dos Aspectos Simbólico-formais da Obra**

Tendo em conta as várias definições de obra de arte já dada no capítulo 1 consideramos que a Igreja de Calheta de São Miguel constitui uma obra de Arte. Pois, ela

---

<sup>28</sup> GRAHAM, Gordon, Filosofias das Artes, Introdução á Estética, Ed 70, 1997, pag 203.

representa uma produção material e que intrinsecamente possui um simbolismo e por outro lado, consegue atingir a perenidade.

Contudo, de igual modo é importante distinguir em que tipo de arte se enquadra que estilo predomina e identificar a sua funcionalidade. A igreja foi construída no centro da vila e encontra-se assente numa base sobre o qual ergue os degraus que a semelham muitos estilos antigos, designadamente o Grego.

A arquitectura abarca vários estilos aos quais passarão a ser especificados através da interpretação das fotografias que se inicia pela leitura do alçado principal. O mesmo enquadra-se no estilo Gótico.

Existe a presença dos arcos em ogiva reunidos três a três sobrepostas em andares cujo os suportes se prolongam até ao chão. É de salientar que esses mesmos arcos são utilizados como elementos não só estrutural, como decorativos.

Ainda notamos o arco de volta perfeita, que por sua vez inclui o estilo Românico Lombardio na parte lateral da obra paralela as estruturas das janelas.



Gravura 7 Alçado principal da Igreja de Calheta de S. Miguel

Analisando a mesma figura, notamos a existência de torres paralelas à altura da dimensão da figura assemelhando construções religiosas góticas. Importa frisar que as torres sempre foram símbolos arquitecturais de força de poder e de autoridade. (Janson, 1992)

Convém realçar que este estilo tem funções próprias incluídas nas finalidades das próprias construções e são várias as funções em que se encontram dispostos. No caso da fig. em apreço pode-se denominar de torres duplas. Em relação ao frontão da obra este inclui na arquitectura Grega, com uma cobertura em quatro águas.

No que tange ao interior desta igreja verificamos uma decoração simples do espaço, contrastando várias cores vivas como o azul claro, verde, o branco esfumado, permitindo receber a luz e iluminar o espaço, conforme o estilo da arte gótico.

O interior ainda é constituído por três naves distribuídas por dois pisos, um coro e duas capelas.

Ainda internamente encontramos os nichos com figuras de santos apresentando característica da arte gótica. As mesmas foram trabalhadas dentro de molduras redondas.

A nave principal situada no centro onde congrega maior parte dos fiéis, começa a entrada da fachada principal através das três portas visíveis na gravura 7, até a intercepção com o transepto, perto da cruz latina.

As duas laterais estão separadas por duas filas de colunas cobertas com arcos de abobada berço e que dá acesso ao corro, predominando o estilo Romano.

Existe tríptico de volta perfeita que separa os tramos e dividem as abobadas de berço que nelas se apõem. Pode-se ver ainda que esses tramos,<sup>29</sup> possuem efeitos decorativos e suportam as três portas de entrada principal dando aceso a nave central. Do mesmo modo constatamos portas e janelas laterais todas em forma de abóbada.

A cabeça da igreja verifica-se, uma grande abódoda suportada por meio de pilares encaixadas na parede do edifício, o qual se denomina de coluna, como se pode ver devidamente ornamentado, isto é, pilastras. Ainda relativamente a parte interna existe o altar-mor com os seus ornatos, nichos, arco e abódoda dando acesso a pia baptismal e a sacristia (conf a gravura 5).

A obra foi construída com pedra e argamassa de modo a garantir maior solidez ao edifício."Esta estrutura de betão com corredores abobadados constituem elementos fundamentais de arquitectura monumental Romana (Janson, 1992).

---

<sup>29</sup> Espaço entre um pilar e outro coberto por uma abóbada

Como sabemos qualquer obra de arte deve ser entendida tendo em conta os seguintes elementos: assunto ou conteúdo, função e expressão. A obra em análise classificada como obra de arquitectura sacra tem como elemento primordial, em destaque a sua função."Em salvo raras excepções a função é vital na arquitectura é indispensável que as construções possam ser eficazmente utilizadas. Um edifício que não corresponde a sua função nem sempre está estaticamente realizada, mas a sua construção é inútil quando não lhe corresponde."(UP John, 1965). Neste caso a obra igreja de Calheta de S. Miguel, tem como função principal a religiosidade, ou seja, a espiritualidade. Contudo, ao longo do tempo desempenhou outras funções nomeadamente:

- Económica,
- Social,
- Cultural,
- Educativo.

A referida igreja teve no seio da população daquele concelho papel relevante uma vez que desenvolvia actividades agrícolas, pecuária entre outras.

A igreja de Calheta de S. Miguel, à semelhança de outras igrejas católicas, desencadeou obras de misericórdia, junto as famílias mais carenciados ao distribuir géneros alimentícios e roupas principalmente nas épocas de crise. Uma vez que a construção da igreja coincidiu com os anos de pouca chuva, crises e fome a própria construção da mesma garantiu trabalho as pessoas daquela Freguesia. De outra forma, o padre Cyr Crettaz concebia empréstimos as pessoas para fins diversos. Outra forma encontrada para ajudar a população era através da vinculação do terreno as pessoas para a sua exploração.

A nível social, nos primórdios da instalação da paróquia as actuais residências das irmãs foram utilizadas como hospitais que oferecia assistência aos doentes, tanto do concelho como dos outros concelhos mais próximos, chegando mesmo a fazer internamento. A este propósito convém frisar que segundo Henrique Lubrano de Santa Rita, em todos os concelhos de Santiago haviam somente um enfermeiro, enquanto que na Calheta existia dois enfermeiros oficiais, para além de duas irmãs enfermeiras da paróquia e que por conseguinte eram responsáveis pelo hospital. As irmãs prestavam serviços periódicas nas localidades no

controle das crianças e dando assistência aos partos, contribuindo para a diminuição da mortalidade infantil.

A nível da educação e como forma de valorização dos recursos humanos do concelho fundou-se a Escola Paroquial do Ensino Primário. A escola encontrava-se bem estruturada, pois contava com um corpo directivo, sendo a paróquia responsável pelo pagamento dos professores. Mais tarde, nos anos sessenta esses professores ficaram sob o domínio do Estado, passando a ser denominados professores subsidiários. As referidas escolas desapareceram com a independência.

Ainda a nível do ensino a igreja ajudou muitos jovens a prosseguir os estudos frequentando o seminário de São José na Praia, chegando alguns a ser padres.

No que tange a formação, a igreja abriu Centro de formação a vários ofícios desde carpintaria, alfaiataria, corte e costura para ambos os sexos. Esta formação foi muito importante tendo em 1986, colocado no mercado de trabalho um total de 23 formados na área de alfaiataria e carpintaria. Desde a sua abertura até o término, em 1985-86, houve uma expansão e aumento crescente da procura o que levou ao alargamento a outras localidades.

É sem dúvida a nível da educação que a igreja teve maior projecção, pois em 1977, com a autorização do Governo e do Bispo D. Paulino Évora, o padre Moniz abriu o ciclo preparatório, mais tarde denominado Escola Padre Moniz, em homenagem ao mesmo falecido em 1989.

Importa realçar que a abertura do referido curso tinha como objectivo ajudar os pais na superação da educação académica dos filhos, uma vez que a maioria não tinham condições para que os filhos frequentassem os estudos fora da freguesia. O curso funcionava segundo as directrizes do Ministério de Educação. Sem descorar da função moral e religiosa a escola ministrava disciplinas de carácter religiosa e os alunos deviam frequentar a missa e outras actividades religiosas. Contudo, os alunos tinham que prestar provas de exames nas escolas oficiais do País.

Passado algum tempo abriu-se o curso geral, a nível externo e interno, tendo registado um aumento significativo de números de alunos., o curso foi diversas vezes suspenso por várias razões, tendo um aumento significativo no ano de 1996/97, com cerca de 11 turmas e 19 professores.

O resultado do curso foi positivo se atendemos aos números dos alunos aprovados nos 10 anos, isto é, de 1987 a 1997. A percentagem nestes anos é o seguinte: 1º. Ciclo preparatório 76% e do curso geral 58.9%.

Assim a escola gozou de um grande prestígio e no ano lectivo de 1994/95, foi oficializada pelo ministério de educação como reconhecimento da qualidade e do seu contributo dado na educação e no desenvolvimento da freguesia.

Actualmente a Escola diminuiu o número dos alunos devido a abertura da Liceu Público de Calheta.

No domínio religioso como não podia deixar de ser a igreja desempenhou papel importante abrindo internato aos jovens com vocação religiosa onde podiam ter acesso a formação sem custos para as famílias.

Por outro lado, criaram vários grupos activos integrados pelos jovens que desenvolvia actividades em benefício da população. Fundaram grupos teatrais e de animação cultural com actuação dentro e fora do concelho. Neste momento, segundo os responsáveis religiosos praticamente não existem grupos e tem havido uma diminuição acentuada da participação dos jovens nas actividades religiosas, apesar dos esforços dos mesmos.

### **3.2. A Nova Igreja de S. Miguel: Uma Obra Com Valor Patrimonial**

Neste ponto propomo-nos estabelecer uma relação directa entre a ideia de património, os intervenientes na defesa, preservação e salvaguarda dos bens Patrimoniais, bem como a necessidade de reabilitação de monumentos e, aquilo que entendemos ser o valor patrimonial da obra em estudo, para podermos realçar a necessidade da sua melhor preservação.

### **3.2.1. Conceitualização de Património em Geral e do Património Histórico Construído**

A temática do património cultural, actualmente constitui um fenómeno de presença constante nos discursos mediáticos, político e educativo. Tornou-se uma problemática de importância universal que associada às grandes questões do nosso tempo tem tornado referência fundamental no imaginário colectivo das populações.

O termo património adquiriu diferentes significados e tipificação conforme as diferentes esferas patrimoniais. Actualmente, fala-se de património natural, património construído, património Arqueológico e mesmo património Industrial, e património Educativo.

Assim no sentido lato, podemos considerar que os bens Patrimoniais são materialidades e práticas culturais que, ao serem contemplados e despertarem a reflexão, destacando-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações populares por mediarem distintos factos Históricos memoráveis, personagens ilustres ou por representarem heranças técnicas, estéticas e culturais de temporalidades passadas.

Nesta definição o conceito de património põe em destaque os distintos factos que possam ligar o passado ao presente.

Começemos por definir o Património Natural, que significa os ecos sistemas e outros lugares de relevante interesse que tem intervenção mínima humana, de forma a não sofrerem uma descaracterização total. Nestes espaços é possível encontrarmos fauna e flora no seu habitat natural.

O conceito património cultural é dado pelo conjunto de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados de interesse para a permanência e identidade de uma cultura. Nesta definição acrescenta-se aos patrimónios os bens materiais e imateriais deixando implícito a ideia de classificação do mesmo. Ainda fica a noção da importância do património de forma intemporal.

João Lopes Filho define Património Cultural, como algo que representa a memória colectiva de cada sociedade, na qual se inscreve também, os elementos que são

sucesivamente incorporados e que conseqüentemente recriam a herança que é retransmitida as novas gerações.

Podemos entender que património cultural suscita várias formas de concepção. Pois, de acordo com a evolução do tempo e as mutações histórica das sociedades, o Património assumiu significado diferente.

Por outro lado, diríamos que a evolução do conceito acompanhou a própria concepção histórica.

O Património como entendemos hoje na linguagem oficial e no uso comum é uma noção recente que abrange todos os bens e todos os tesouros do passado. Por conseguinte, não abrange apenas os bens aristocráticos, religiosos, bélico ou estatal, aliás esta seria uma visão reducionista do Património Cultural que estaria enquadrada, conforme Carlos Traquili, numa história dita (História Oficial).

É esta noção recente de Património que abarca todos os bens, sem excepção, que se inclua a noção de Cultural, uma concepção abrangente em que as dimensões das testemunhas do quotidiano e os seus efeitos ganhem lugar.

Sem dúvida que a abrangência do termo permitiu que houvesse uma busca desenfreada de bens que possam ser considerado Patrimoniais. Neste sentido entendemos que os bens patrimoniais devem contar a sua história, estando integrado no seu espaço e sua realidade e nunca fora dela.

Muito embora pela própria polissemia do termo Património deparamos algumas dificuldades na definição exacta do termo, não se deve deixar que esta contribua para uma falsificação do real sentido do Património. Para Lowenthal o Património objectiva converter resíduos históricos em testemunhos que atestam nossas virtudes ancestrais, sendo que essa instituição Património pode ser entendida como um processo de fabricação e apresentação de histórias e lugares históricos sem ser história ou a partir da construção de histórias.

Assim o Património é uma espécie de reserva de energia milenar. (J. P. Chastel, A. Babelau, la notion de Patrimoine).

Atendendo a classificação da UNESCO o património Cultural divide-se em dois grupos distintos; material e imaterial. O património Cultural material é constituído pelos bens

móveis e imóveis. Entende-se por bens culturais móveis os de significado cultural que representam a expressão ou o testemunho da criação humana, ou da evolução da natureza, ou da técnica, neles incluindo os que se encontram no interior de imóveis ou que deles estão soterrados ou submersos ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico, histórico, etnográfico ou noutros locais. Ainda inclui as obras de pintura, escultura, desenho, os têxteis, as espécies organológicas, ou utensílio ou os objectos de valor artístico, científico ou técnico. Os próprios manuscritos valiosos, os livros raros, documentos e publicações de interesse especiais nos vários domínios, incluindo as espécies cinematográficas, registos sonoros e outros. Por último todos os bens do passado ou do presente, de natureza religiosa ou profana que forem considerados de valor.

E o Património Cultural Imaterial seria constituído pelas tradições Oraís (estórias, mitos, lendas, provérbios, adivinhas) a música, a dança, os rituais e crenças, as linguagens, e as medicinas tradicionais e ainda os jogos e entretenimento.

Após descorar sobre as diferentes definições de Património, e as suas tipificações estamos certos que estas abordagens, isto é, no sentido mais lato do termo, integra não apenas os produtos da cultura erudita, mas também a herança cultural popular, traduzida em inúmeras manifestações e objectos da vida quotidiana.

Por outro lado, actualmente, o desenvolvimento do estudo do património tem conduzido a designações e tipificações cada vez mais restritas, permitindo o aprofundamento e a especialização da investigação.<sup>30</sup> Aparece conceitos de Património arqueológico que se aplica, geralmente, aos Sítios e realidades estudadas pela arqueologia tradicional, como de Património Industrial que tende a integrar, não só os estabelecimentos fabris antigos, mas também o seu /recheio, isto é, as máquinas, ferramentas e utensílios relacionados com uma determinado produção, bem como as próprias paisagens que enquadram as produtivas. Neste tipo particular importa frisar que a própria democratização do conceito de Património nos remete a um significado alargado do termo. Assim devemos partir do princípio, aliás, como defende Filomena Barata os vestígios do passado não podem funcionar apenas como meros fetiches da memória, ou ainda como redutos empacotados de lembranças, é importante que os mesmos passam a acompanhar o progresso e que tenham sentido e vivacidade.

Nesta perspectiva o conceito de Património Industrial inclui também edificações resultantes de uma política empresarial, áreas específicas para a energia, serviços

---

<sup>30</sup> ALARCÃO, Jorge de. Introdução ao Estudo da História e do Património. Locais. Coimbra.1987. p33.

administrativos, laboratórios, casas para operários e para empresários, escolas, teatros, hospitais e igrejas, por exemplo.

Modernamente fala-se também de património Etnográfico que tradicionalmente, entende-se como conjunto de manifestações culturais e artísticas populares, desde o traje as festas e romarias, passando por instrumentos musicais, costumes, tradições regionais ou locais.

Actualmente, o termo abrange a Educação, conforme já dissemos, e designa-se Património Educativo. Este conceito integra conjunto de materiais educativos tradicionais, como jogos, brinquedos, manuais e outros instrumentos de aprendizagem, na sua relação com a evolução dos métodos e técnicas de ensino /aprendizagem.

No que concerne ao Património Construído utilizado de forma mais amplo possível, abrange todos os produtos materiais de actividade humana que possam fornecer informações sobre o passado. Integram-se nele, não só os monumentos e outros edifícios, mas também um vastíssimo conjunto de materiais e objectos, tradicionalmente abrangidos por algumas das designações anteriores e que constituem expressões concretas das actividades sociais das populações e da sua evolução ao longo dos tempos.

Atendendo a polissemia da palavra Património urge a necessidade de adopção de critérios internacionalmente definidos para a sua classificação, definição e tipificação.

Assim a UNESCO tem em aplicação relativa ao património os seguintes critérios; a integridade, a autenticidade e a exemplaridade e estes critérios são compatíveis em alguns países, nomeadamente Portugal.

Ainda como forma de complementar os primeiros mencionados propõe-se uma associação de outros critérios, atendendo a dificuldade em se estabelecer delimitações entre campos por natureza inter comunicáveis. Fundamentalmente o critério histórico-cultural, estético-social e técnico-científico.

Não obstante aos critérios impostos consideramos que os bens que pertencem a uma comunidade e que deixa marca podendo trazer alguma informação sobre o homem, qualquer que seja devem ser considerados importantes.

Desta feita importa realçar que o Património Cultural deve merecer o mesmo tratamento, mesmo porque pela própria definição os bens Patrimoniais são por natureza frágeis. E pelo passivo inerente a evolução do próprio conceito de Património Cultural e a história da maioria das instituições que com ele se relacionam, é atribuído ao Construído e ao material um peso bastante maior do que aos bens imateriais que são tantas vezes o maior suporte Cultural da identidade das comunidades.

### **3.2.2. Intervenientes na Defesa, Preservação e Salvaguarda dos Bens Patrimoniais**

Segundo a convenção para a protecção do património mundial e natural<sup>31</sup> ao conjunto definido como grupos de construções isoladas ou reunidas que, em razão da sua arquitectura, da sua unidade ou da sua integração na paisagem, têm valor universal do ponto de vista histórico, artístico ou científico enquadram-se nos patrimónios que devem ser protegidos.

A UNESCO recomenda que o responsável pela protecção do património é em primeiro lugar, o governo do país em que se encontram os edifícios, ou cidades históricos, os monumentos naturais, etc. aos quais esse mesmo governo atribui um valor excepcional.

Assim, cabe ao Governo por meio do Ministério da Cultura, formular e operacionalizar a política que assegure os direitos culturais do cidadão, criar instrumentos e mecanismos que possibilitem o apoio à criação cultural e artística, o acesso aos bens culturais e a distribuição destes, bem como a protecção, a preservação e a difusão do património cultural.

A constituição da República<sup>32</sup> em consonância com a UNESCO, determina como tarefa fundamental do Estado "proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o Património histórico-cultural artístico nacional".

---

<sup>31</sup> Instrumento de vigilância jurídico internacional adoptada pela conferência geral da UNESCO em 1972. Entrou em vigor em 1975, e a 15 de Outubro de 1982 foi ratificado por 67 estados.

<sup>32</sup> Constituição da Republica de Cabo Verde, art. 7, alínea k, 1999.

O Património assume hoje valor que ultrapassa a UNESCO, esses edifícios, estes conjuntos são-nos revelados como êxitos e não só como vestígios comoventes. Êxitos absolutos e terrivelmente frágil.

Devido a essa fragilidade dos bens Patrimoniais e da sua importância para as sociedades e para o mundo, desde o no início do Sec XX, foram criados vários instrumentos que visam defender, preservar e salvaguardar os Patrimónios. Vejamos a título exemplificativo, alguns desses organismos internacionais: a primeira foi a carta de Atenas, datada de 1939, passando pela Convenção para a Protecção e Conservação dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, datada em 1957, a carta de Veneza, de 1964, a convenção para protecção do património Mundial e Cultural, criada em 1975, assim como as várias cartas e outras convenções europeias, entre elas a Convenção de Granada assinada em 1985, são todos os marcos significativos de evolução e preservação de Património.

A preservação e o resgate do acervo patrimonial construído expressa fisicamente a memória do local, onde os acontecimentos históricos, económicos, políticos, sociais e culturais ficaram reflectidos nos espaços e edificações. A valorização desses elementos, conferem vida e personalidade aos espaços construídos, transformando-se também num atractivo para a actividade turística e conseqüentemente para as actividades comerciais, reabilitando dessa forma os centros históricos.

Deverá, dessa forma, o Estado, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o património construído por meio de inventários, registros, vigilância, levantamento e de outras formas de salvaguarda e preservação. Além do Estado, consideramos que todos os cidadãos devem promover a protecção do património cultural das cidades, concelhos, criando institutos próprios de preservação, ligados à Câmara Municipal e ao Estado.

Por outro lado, importa perspectivar as actividades de defesa do Património como forma de valorização cultural e como mecanismo do desenvolvimento global e integrado das localidades e regiões do país.

Ora defender o património em termos de futuro, passa, antes de mais, pela educação, pela sensibilização das jovens gerações para a preservação dos bens patrimoniais que constituem suportes da memória colectiva nacional.

Mas defender o património significa em primeiro lugar conhecê-lo. E conhecer o património implica conhecer o percurso histórico em que ele se enquadra e fora do qual perde todo o significado. Os bens patrimoniais constituem instrumentos que nos permitam estabelecer um diálogo vivo com o passado. Porque existem enquanto material ao qual interpelamos e desempenham, um papel relevante enquanto referencial observável que permite dar respostas as varias questões relativa as sociedades que nos precederam.

Por isso, a preservação do património constitui tarefa de todos os agentes sociais de uma forma geral e em sintonia de modo a salvaguardar este bem que prioritariamente, pertence a comunidade.

### **3.2.3. O Porquê da Reabilitação do Património Construído**

Hoje mais do que nunca os bens Patrimoniais resultantes das obras do homem, tem sofrido pressão de várias ordens e sujeitos, correndo o perigo de desaparecer. Relativamente aquilo que o homem criou que se encontram enraizados num território, inseparável de uma paisagem, e que por conseguinte, foi construído por esses mesmos homens muitos espólios precisam ser reabilitados.

A evolução cultural permitiu que o homem passasse a atribuir um valor significativo ao Património Construído. Para além disso já nenhuma civilização pode consentir que haja perda dos testemunhos que constituíram a sua história no passado. Assim urge uma recuperação de todos os Patrimónios que se encontram abandonados como forma de resgatar a história dos lugares e de toda a humanidade. Na óptica de que «os edifícios e conjuntos são nos revelados como êxitos absolutos e não só como vestígios comoventes. Êxitos absolutos e terrivelmente frágeis».<sup>33</sup> É imperativo que os espólios destruídos sejam reabilitados.

---

<sup>33</sup> UNESCO. O. Que É: a Protecção do Património Mundial. Cultural e Natural. Lisboa. Com. Nac. Da Unesco, 1972.

Como sabemos os bens culturais são tanto mais ameaçados quanto mais raros mais antigos ou mais delicadamente trabalhados, forem. E para além das catástrofes, e do envelhecimento, eles estão expostos as poluições físicas e químicas em que a nossa época é pródiga; as invasões da urbanização, as especulações imobiliárias e turísticas e mesmo ao vandalismo. São os primeiros a serem atingidos pelas agressões sofridas tanto pelos homens como pelo meio ambiente. Assim exige-se um cuidado especial e quando negligenciado é preciso efectuar a sua reabilitação

Ora depois desta reflexão algumas questões nos surjam como pertinente. Quem deve reabilitar? Porque reabilitar? Como reabilitar?

Importa realçar que ao longo das nossas reflexões tentaremos na medida do possível encontrar pistas de respostas as referidas questões.

Pelo que ficou exposto no tema património, não resta dúvida de que o mesmo é importante e logo deve ser preservado e em alguns casos reabilitados. Na perspectiva de que os Patrimónios pertencem em primeiro lugar a comunidade, por conseguinte devem estar ao serviço desta, deve-se evitar aquilo que Filomena Barata chama «fissura entre eleições destes bens culturais e as respectivas comunidades». Para evitar que isto aconteça a mesma autora considera, uma vez que as propostas, que são logo a partida electivas (já que são tomadas pelos decisores), devem partir de um inventário, do registo dos bens considerados de interesse local ou regional.

"È crucial que exista uma incidência social positiva em todas decisões tomadas sobre o Património". (Filomena Barata 2000).

Da mesma forma que o Património construído, particularmente estando ao serviço da comunidade devem acompanhar o desenvolvimento local, e não podendo servir para o bloqueio das sociedades, mas sim como propulsor do desenvolvimento local, prioritariamente voltado para o mercado do Turismo Cultural. Diríamos que a construção de imagens atractivas que possam produzir vantagens competitivas é buscada por muitas cidades e vilas contemporâneas. Por isso, hoje é consensual que a economia local deve adaptar-se as forças externas do mercado e que as políticas públicas devem facilitar essas mudanças.

Neste sentido entendemos que a reabilitação do Património constitui tarefa primordial e fundamental para o desenvolvimento. Neste contexto o desenvolvimento urbano aproxima

cultura e economia, património e turismo. As reabilitações dos centros históricos tão em voga, hoje produzem uma continuidade histórica, aliás que é a verdadeira essência desta ciência. Desta forma estão mais próxima de uma superação dialéctica que deixam após grandes mudanças uma negação das áreas degradadas e sua conversão em centros antigos com uma vida social nova. «Há nestas revitalizações de bens patrimoniais uma tensão entre uma permanência material estilizada e uma profunda ruptura social» (Carlos Tranquilli Peligrino)

João Lopes Filho sobre este assunto refere «A fim de que as medidas de salvaguarda provoquem rupturas no tecido social, os estudos e inquéritos devem ser revistos regulamentado, uma vez que o contexto social, económico e físico dos conjuntos e do seu enquadramento está em constante evolução».<sup>34</sup>

Uma vez que a reabilitação do Património «degradado» garante o desenvolvimento das sociedades e constitui tarefa das autoridades locais e centrais, estes devem sempre que possível integrar a comunidade e criar mecanismos legítimos de controlo, visando a participação de diferentes sujeitos sociais.

Não menos importante é o facto que para a restauração e reabilitação do Património Construído, particularmente do arquitectónico (isto é, as estruturas e os materiais cada vez mais frágeis) é apelar as disciplinas que vão desde as ciências de engenharia a microbiologia, englobando não só a arqueologia a história da arte, a arquitectura, e as mais delicadas técnicas de restauro, mas também a economia, o urbanismo, as ciências jurídicas e administrativas.

Portanto, um trabalho de cooperação deve ser feito na reabilitação do Património como forma de assegurar que os edifícios reabilitados não percam os seus traços característicos, tanto na sua forma como na sua funcionalidade. Hoje, cada vez mais os Patrimónios construídos são alterados e conseqüentemente muitos elementos culturais já se perderam e outros estão em vias de desaparecer. Por isso, urge reabilitar aquilo que já desaparece como forma de preservar a nossa herança cultural e artístico. Conforme afirma João Lopes, o Património é a memória de um Povo. È agarrado a esta memória que se constrói a história de um Povo.

Cabo-Verde actualmente passa por um acelerado processo de desenvolvimento, portanto pensamos que a reabilitação do Património Construído é tarefa primordial para a

---

<sup>34</sup> FILHO, J. Lopes. Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural. ed. PL.Lisboa.1985.p 82.

identificação deste Povo e construção da sua história. Para isso também é preciso que haja critérios e meios bem definidos que se utilize técnicas adequadas para a reabilitação.

Achamos que a reabilitação do nosso Património edificado deve merecer cada vez mais uma profunda reflexão dos diferentes sujeitos da sociedade.

#### **3.2.4. Do Valor Patrimonial da Obra Em Estudo à Necessidade da Sua Preservação**

Na perspectiva de que os edifícios constituem suportes de construção da história do País e das comunidades, estamos certos que este edifício, Igreja de Calheta de São Miguel tem papel relevante na transmissão da memória colectiva deste Concelho.

O edifício a que nos referimos constitui uma obra de arquitectura sacra. Por outro lado, se a arquitectura reflecte e testemunha o homem no tempo e no espaço, tal significa que estamos perante valores Patrimoniais.

De acordo com a concepção de obra de arte e de património diríamos que a Igreja da vila de São Miguel constitui um património deste Concelho e permite construir de certa forma a vivência dos homens desta localidade. Assim sendo, é imperativo uma intervenção urgente e profunda com vista a sua restauração e conservação. Por outro lado, entendemos que a valorização deste património é vital para o desenvolvimento do município de S. Miguel, uma vez que, a obra em si constitui um espaço de referência do Concelho, tendo em conta o papel que teve ao longo dos tempos. Pois, ela constitui um importante centro de saber possibilitando a formação de muitas pessoas do Concelho.

O edifício enquanto instituição religiosa continua a desempenhar as mesmas funções pois, a obra preserva a sua funcionalidade enquanto espaço sagrado, vivo e dinâmico. Por conseguinte, não se põe a questão de reabilitação.

Na óptica de que os bens patrimoniais permitem reconstruir a história dos homens do passado que cabe as autoridades a sua preservação, em primeiro lugar, entendemos que devido

ao seu estado avançado de destruição, da obra, as autoridades centrais e locais devem desencadear acções que visam a restauração da mesma.

«No entanto, é na forma do edifício que é suposto estar a arte de Arquitectura». (Gordon, 1997-227).

Por outro lado, para além de ser obra de arte estamos certos de que a mesma, ou seja, a Igreja de Calheta de São Miguel constitui um património local, quiçá nacional.

Conforme já dissemos esta tarefa de preservação deve envolver tanto os cidadãos como os poderes centrais e locais. Não menos importante é o facto de que os patrimónios pertencem a comunidade por isso, a sua defesa é tarefa de todos. Entende João Lopes Filho, que é necessário despertar o interesse das populações pelo Património de forma que o sintam como verdadeiramente seu. Portanto, preservar o património arquitectónico religioso desta comunidade é valorizar e preservar os marcos que constituem as raízes históricos culturais.

Por tudo isto estamos convictos que constitui tarefas das autoridades nacionais, locais e de toda a sociedade a restauração do referido património. Contudo, tendo em conta o estado avançado de deterioração é imprescindível que o Estado, a Diocese e a Autarquia iniciem as actividades de restauração.

Convém frisar que neste momento as residências dos padres e o salão paroquial encontram-se em restauração. Por conseguinte, em relação a igreja paroquial, conforme nos avança o pároco, não existe ainda financiamento para a sua restauração.

#### IV. CONCLUSÃO

No contexto de evangelização dos povos foi implementado a igreja nas diferentes ilhas e em todo o interior de Cabo-verde. A igreja enquanto obra de arquitectura religiosa cristã carrega consigo um simbolismo espiritual incontestável. O papel do cristianismo na arte é claramente diferente do realizado por outras religiões pagãs. O cristianismo dignificou a arte, sublimou-a deu-lhe sentido e elevação mística e chegou mesmo a proporcionar ensinamento moral<sup>35</sup>.

Dada esta concepção nobre da arte, o Cristianismo legou, através dos séculos, um património histórico de maior importância. Assim a igreja católica é um património sacro por natureza, pela origem e finalidade. Este património histórico, artístico vai evoluindo através do tempo tendo em vista o melhor funcionamento da comunidade.

Constatamos que a Igreja de São Miguel constitui uma obra de arte e por conseguinte desempenhou ao longo dos tempos várias funções em prol da comunidade daquele Concelho.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho mostramos pela análise simbólica e formal que esta obra sacra reúne vários estilos e que se encontra ao serviço das pessoas.

Pela importância das obras de arte, em particular da arquitectura religiosa cristã entendemos que a preservação e conservação dos mesmos, no seu sentido mais abrangente, seja os grandes e pequenos, constitui tarefa de todos, uma vez que estes representam suportes materiais para a construção da história de um povo.

Procuramos enquadrar a questão de preservação segundo as deliberações dos organismos internacional e nacional. Assim a atenção que a todos merecem a salvaguarda da nossa identidade colectiva, que é memória viva, feita de herança renovada de cada geração, também se molda não só pela tomada de consciência, mas sobretudo de posição actuante face aos problemas que devemos enfrentar.

Relativamente a obra em apreço apesar do seu estado avançado de deterioração constatamos que a mesma continua a desempenhar as mesmas funções.

---

<sup>35</sup> Inventário que futuro porto 2000

Ciente que a construção da história passa necessariamente, pela pesquisa dos estudantes e dos investigadores, entendemos que este trabalho de pesquisa pode ser o nosso contributo para a construção da história do Concelho de São Miguel. Importa realçar que não é o nosso propósito esgotar o tema, pois o assunto está aberto para posteriores estudos.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ALARCÃO, Jorge de. **Introdução ao Estudo da História e do Património**. Locais. Coimbra.1987. p33.
- [2]. BARCELOS, Cristiano J. S. **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné Partes III e IV**.
- [3] BRÁSIO, António. **Monumento Missionária Africana III II Série África Ocidental**. Lisboa. MCMLXIV.
- [4] CABANNE, Pierre. **L'Arte Classic et le Barroque**. Paris. Bordas. 1987.
- [5] CERRONE, Frederico. **História da Igreja de Cabo Verde (1604-1642)**. Roma 1997.
- [6] CONTI, Flávio. **Como Reconhecer a Arte do Renascimento**. Lisboa. Portugal.1982.
- [7] DA SILVA, N. G. **Os jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604 /1642)**. Roma. 1995.
- [8] ESPERANÇA, E. Jorge. **Património E Comunicação -Políticas e Práticas culturais**. Assírio Bacelar Vega. 1997.
- [9] FEBVRE. Lucien. **Olhares Sobre a História**. Lisboa. Portugal. 1996
- [10] KOCH, Wilfried. **Estilos de Arquitectura**. Lisboa. Editorial Presença. 1985
- [11] LOPES FILHO, João. **Contribuição Para o Estudo da Cultura Cabo Verdiana**. Biblioteca Ulmeiro, Lx., 1985
- [12] **Cidade da Praia, Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, AHN, Fascículo I**, Praia, Janeiro de 1991
- [13] ----- **Introdução à Cultura Cabo Verdiana**. ISE, Praia 2003
- [14] JANSÓN, H. W. **História da Arte**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Lx, 1982
- [15] PAREYSON, L. **Os Problemas da Estética**. 1982.
- [16] PEVSNER, Nicolaus. **Panorama da Arquitectura Ocidental**. S. Paulo. Livraria Martins. Fontes Editora L.ta.1982
- [17] QUERÓS, Eça, **Uma Carta in: Prosas Barbaras**. Colecção Livros do Brasil. p 221.
- [18] SANTOS, E. Maria. e SOARES, J. Maria. **Igreja Missionação e Sociedade**. In: **História Geral de Cabo Verde**. Vol I. Praia. Ed. I.N.C.1995.

- [19] SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Ed. Saber Europa América, 1979.
- [20] SPOCAT, (Dir. de). **Guia de História da Arte**. Editorial presença. Lx, 1979
- [21] TEIXEIRA, Maria Regina, e ANACLETO. **Arquitectura Neomedieval Portuguesa**. (1780 -1924) Vol. I. Edição Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de investigação Científica e tecnológica
- [22] UNESCO, **O. Que É: a Protecção do Património Mundial. Cultural e Natural**. Lisboa. Com. Nac. Da Unesco, 1972.
- [23] UPJOHN, M, Everard e outros. **História Mundial da Arte**. Livraria Bertrand, Lx, 1979
- [24] VASCHETTO, P. Bernardo, **ilhas de cabo verde: origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago**, Farol Bóston 1987.
- [25] VASCONCELHOS de Flórido. **A arte em Portugal**, verbo juvenil s.d. Lisboa. Editorial Estampa

### **Boletins Oficiais Consultados**

- [1] B.O. de Cabo Verde n.º 22 de 1870.
- [2] Boletim de Propaganda e Informação Cabo Verde Setembro 1962
- [3] Constituição da República de Cabo Verde, art 7. alínea. K. 1999

### **Revistas e Artigos Consultadas.**

- [1] BARATA, Filomena. *Algumas Reflexões sobre Património*. in: **Património e Estudos, Ciências e Técnicas Aplicada ao Património**. nº3. IPPAR / Departamento de Estudo. Editorial 2002.

- [2] COSTA, A. Alexandre. *A arte de Construir a transformação* in: **Património e Estudos, Ciências e Técnicas Aplicada ao Património**. nº3. IPPAR / Departamento de Estudo. Editorial 2002.
- [3] FOLGADO, Deolinda. *Inventário do património Industrial da Covilhã Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial* in: **Património e Estudos, Ciências e Técnicas Aplicada ao Património**. nº3. IPPAR / Departamento de Estudo. Editorial 2002.
- [4] MELO, Miguel. *Trinta e Três passos virtuosos do Barroco em Braga*. **Braga**. Ed. Câmara de Braga. 2005

#### **Sites de Internet Consultado**

- [1] <http://www.Cm.guimaraes.pt/document/447692/470413.pdf>.( consultado a 05 de Julho de 2006).
- [2] [http://www.Ferantet21.com.br/arte\\_historia\\_da\\_Arte.htm](http://www.Ferantet21.com.br/arte_historia_da_Arte.htm). (consultado a 21de Julho de 2006).
- [3] PELEGRINI, T. Carlos. **Património Cultural Urbano: de quem para quê?** In: <http://www.naya.Org.ar/congreso2002/ponencias/> (consultado a 10 de Junho de 2006).
- [4] <http://www.revistaiphen.br/material.php?id=20> ( consultado a 05 de Julho de 2006).